

**Ano XXVI nº 6654 – 09 de setembro de 2022**

## **7 de setembro: Notícias reforçam denúncias de assédio na Caixa**

Matérias publicadas em diversos veículos de imprensa, ontem 08/09, apontam irregularidades cometidas pelo atual Presidente da República, durante as celebrações do bicentenário da Independência do Brasil, reforçando as suspeitas de que empregados da Caixa Econômica Federal tenham sido forçados a comparecer às atividades para dar volume de público e a aparência de apoio ao governo.

“A Caixa segue sendo ferramenta de uso político do governo Bolsonaro e de assédio moral”, afirmou o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto, em matéria veiculada no site da entidade no dia 2 de setembro, logo depois de o portal Metrôpoles informar sobre o envio de mensagens internas para os empregados, convidando-os para o desfile em Brasília.

Para o dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Rafael de Castro, os fatos ocorridos durante as celebrações e as matérias veiculadas pela imprensa nesta quinta-feira confirmam que as denúncias de uso político das Caixa precisam ser investigadas.

### **Importância dos sindicatos na vida do trabalhador**

Sempre que a categoria bancária enfrenta o jogo pesado dos bancos, setor mais lucrativo do país, na hora de negociar o reajuste salarial e a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), fica ainda mais evidente a importância do Sindicato na vida dos bancários(as) como para qualquer trabalhador. E fica claro também que num governo que só vê o lado dos patrões, como no atual governo, é ainda mais difícil conquistar aumento real e preservar direitos.



Os países que possuem os maiores índices de trabalhadores sindicalizados estão entre alguns dos que apresentam o melhor desempenho no ranking do IDH - índice de Desenvolvimento Humano no mundo, é o caso dos países nórdicos, como Suíça, Noruega e Islândia.

A luta coletiva junto aos sindicatos contribui, inclusive, com o crescimento econômico de um país, prova disso é a campanha nacional da categoria em 2022, cujas conquistas vão injetar cerca de R\$ 14,2 bilhões na economia, até o próximo acordo ser fechado, em agosto 2024. Esse montante de recursos engloba reajuste salarial e dos vales alimentação (VA) e refeição (VR), abono e Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O motivo é muito simples: quanto mais salários e demais verbas remuneratórias uma categoria conquista na luta do movimento sindical, mais dinheiro circula na economia do país.

### **Brasil cai da 84ª a 87ª posição em ranking de desenvolvimento humano**

O Brasil caiu de posição e agora é o 87º país do mundo em desenvolvimento humano. É o que aponta o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022 divulgado hoje pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). No documento, o Brasil aparece com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,754, entre 191 países, registrando uma queda de três posições em relação a 2020, quando o país ocupou o 84º lugar com 0,765.

O país que lidera o ranking na América do Sul é o Chile, com 0,855 de IDH em 42º lugar. Em seguida aparecem Argentina, em 47º (0,842); Uruguai em 58º (0,809).

### **Auxílio Brasil passará por pente-fino e governo vai cortar benefícios**

O Ministério da Cidadania informou que vai passar um pente-fino no Auxílio Brasil e, a partir deste mês, três novos perfis passarão por avaliação para garantir que ainda cumprem os requisitos do programa chamado de focalização, o processo deve cortar o benefício de famílias cuja renda seja superior ao limite estabelecido. A focalização foi definida por meio de portaria, publicada em fevereiro, com as normas para a verificação periódica das informações das famílias elegíveis e beneficiárias do Auxílio Brasil que estão registradas no Cadastro Único. Quem estiver fora das regras deixa de receber a renda.

Para receber o Auxílio Brasil, as famílias devem ser consideradas em situação de pobreza ou extrema pobreza, com rendimento mensal por pessoa de até R\$ 210. No caso da regra da emancipação, quando algum membro consegue um emprego formal, a renda familiar não pode ultrapassar R\$ 525 por mês.